



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Avenida Venezuela, 134, bloco B, 4º andar - Bairro: Saúde - CEP: 20081-312 - Fone: (21)3218-7973 - www.jfrj.jus.br -
Email: 07vfcrr@jfrj.jus.br

PETIÇÃO Nº 5053463-93.2020.4.02.5101/RJ

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

REQUERIDO: A APURAR

DESPACHO/DECISÃO

Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal (MPF) em desfavor de Adriana de Lourdes Ancelmo, Ana Tereza Basilio, Antonio Augusto de Souza Coelho, Caio Cesar Vieira Rocha, Cristiano Rondon Prado de Albuquerque, Cristiano Zanin Martins, Daniel Beltrão de Rossiter Correa, Edgar Hermelino Leite Júnior, Eduardo Filipe Alves Martins, Eurico de Jesus Teles Neto, Fernando Lopes Hargreaves, Flavio Diz Zveiter, Francisco Cesar Asfor Rocha, Hermann de Almeida Melo, Jamilson Santos de Farias, João Cândido Ferreira Leão, José Roberto de Albuquerque Sampaio, Leonardo Henrique Magalhães de Oliveira, Marcelo Henrique de Oliveira, Marcelo José Salles de Almeida, Marcelo Rossi Nobre, Orlando Santos Diniz, Roberto Teixeira, Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho, Tiago Cedraz Leite Oliveira e Vladimir Spíndola Silva, qualificados na denúncia, atribuindo-lhes a prática dos seguintes fatos delituosos e respectivas imputações:

CONJUNTO DE FATOS 1: Entre os dias 27.07.2012 e 23.02.2018, ORLANDO DINIZ, MARCELO ALMEIDA, ROBERTO TEIXEIRA, CRISTIANO ZANIN, FERNANDO HARGREAVES, VLADIMIR SPÍNDOLA, EDUARDO MARTINS, ANA BASÍLIO, JOSÉ ROBERTO, ADRIANA ANCELMO e SÉRGIO CABRAL, de modo consciente, voluntário, estável e em comunhão de vontades, promoveram, constituíram, financiaram e integraram, pessoalmente, uma organização criminosa (ORCRIM), mantendo conexão com outra Orcrim, e que tinha por finalidade a prática de crimes de estelionato, peculato, tráfico de influência, exploração de prestígio, corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro, tendo sido responsáveis pelo desvio de pelo menos R\$ 151.000.000,00 (cento e cinquenta e um milhões de reais), a maior parte referente aos valores mensalmente repassados pela Receita Federal aos cofres do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e do Serviço Social do Comércio (SESC), em decorrência de contribuição social compulsória incidente sobre a folha salarial dos empresários do comércio (Pertinência a Organização Criminosa: art. 2º, § 4º, II e IV, da Lei 12.850/2013 c/c o art. 327, § 1º, do Código Penal).

CONJUNTO DE FATOS 2: No período de 04.09.2012 a 18.03.2013, ROBERTO TEIXEIRA, CRISTIANO ZANIN e FERNANDO HARGREAVES, com a aquiescência de ORLANDO DINIZ, de modo consciente e voluntário, conceberam e subscreveram três contratos com a Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio/RJ), com pagamentos de valores em benefício dos três primeiros, além da quantia de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) entregue anteriormente em espécie a ROBERTO TEIXEIRA por ORLANDO DINIZ, com o auxílio do doleiro Álvaro Novis, a pretexto de influir em atos praticados pelo conselho fiscal do SESC Nacional (Tráfico de influência: arts. 332, *caput* e parágrafo único, c/c 327, § 1º, e 29, todos do Código Penal).

5053463-93.2020.4.02.5101

510003551668.V3



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

CONJUNTO DE FATOS 3: Em 04.09.2012, 10.12.2012 e 27.01.2013, os advogados ROBERTO TEIXEIRA e CRISTIANO ZANIN, pelo escritório Teixeira, Martins & Advogados, conceberam e subscreveram três contratos, a pretexto de prestação de serviços advocatícios, com a Fecomércio/RJ, representada pelo seu então presidente ORLANDO DINIZ, todos com o auxílio direto do advogado FERNANDO HARGREAVES, pelo escritório Hargreaves Advogados Associados, com o propósito de obterem - os advogados - vantagem indevida em prejuízo dessa Federação, o que de fato lograram em 06.09.2012, 17.01.2013, 18.02.2013 e 18.03.2013, pelo recebimento indevido do valor total líquido e nominal de R\$ 9.500.000,00 (nove milhões e quinhentos mil reais) (Estelionato: art. 171 c/c o art. 71, ambos do Código Penal).

CONJUNTO DE FATOS 4: Consumados os delitos antecedentes de estelionato, tráfico de influência e pertencimento à organização criminosa, ORLANDO DINIZ, ROBERTO TEIXEIRA, CRISTIANO ZANIN e FERNANDO HARGREAVES, de modo consciente e voluntário, no período de 04.09.2012 a 18.03.2013, em quatro oportunidades distintas, ocultaram e dissimularam a origem, natureza, disposição, movimentação e a propriedade de, pelo menos, R\$ 9.500.000,00 (nove milhões e quinhentos mil reais), convertendo em ativos lícitos o produto de crimes praticados pela ORCRIM e tendo como propósito distanciar o dinheiro de sua origem ilícita, mediante a confecção de contratos simulados entre a Fecomércio/RJ e os escritórios Teixeira, Martins & Advogados e Hargreaves Advogados Associados, e emissão de notas fiscais ideologicamente falsas, relativos a serviços advocatícios não prestados no escopo dos contratos, que foram pagos com recursos provenientes da Fecomércio/RJ (Lavagem de Ativos: art. 1º, §4º, da Lei 9.613/98).

CONJUNTO DE FATOS 5: No período de 20.03.2013 a 24.10.2014, ROBERTO TEIXEIRA e CRISTIANO ZANIN, com a aquiescência de ORLANDO DINIZ, de modo consciente e voluntário, determinaram a contratação, através da Fecomércio/RJ, de VLADIMIR SPÍNDOLA (Spíndola Palmeira Advogados), com pagamentos de valores a este, a pretexto de influir em atos praticados pelo Tribunal de Contas da União (Tráfico de influência: art. 332 do Código Penal).

CONJUNTO DE FATOS 6: Em 03.11.2014, VLADIMIR SPÍNDOLA (Spíndola Palmeira Advogados), com a aquiescência de ROBERTO TEIXEIRA, CRISTIANO ZANIN e ORLANDO DINIZ, de modo consciente e voluntário, determinou a contratação, através da Fecomércio/RJ, de MARCELO OLIVEIRA (Oliveira & Brauner Advogados), com pagamentos de valores a este, a pretexto de influir em atos praticados pelo Tribunal de Contas da União (Tráfico de influência: art. 332 do Código Penal).

CONJUNTO DE FATOS 7: No período entre 24.02.2014 até 14.06.2015, ROBERTO TEIXEIRA, CRISTIANO ZANIN, VLADIMIR SPÍNDOLA (Spíndola Palmeira Advogados) e EDGAR LEITE (Edgar Leite Advogados), de modo consciente e voluntário, ofereceram vantagem indevida ao auditor de controle externo do Tribunal de Contas da União CRISTIANO RONDON para determiná-lo a praticar atos de ofício no interesse de ORLANDO DINIZ, com infringência a dever funcional (Corrupção Ativa: art. 333, *caput* e parágrafo único, c/c o art. 71, ambos do Código Penal). Por sua vez, CRISTIANO RONDON, na qualidade de servidor público e no exercício dessa função, aceitou e recebeu por pelo



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

menos 67 vezes quantias indevidas no valor total de R\$ 827.810,08 (oitocentos e vinte e sete mil, oitocentos e dez reais e oito centavos) para a prática de atos com infringência a dever funcional (Corrupção Passiva: art. 317, *caput* e § 1º, c/c o art. 71, ambos do Código Penal).

CONJUNTO DE FATOS 8: Consumado o delito antecedente de corrupção ativa na modalidade “oferecer”, VLADIMIR SPÍNDOLA, EDGAR LEITE, LEONARDO OLIVEIRA e CRISTIANO RONDON, de modo consciente e voluntário, entre 24.02.2014 e 14.06.2015, em 67 oportunidades distintas, ocultaram e dissimularam a origem, natureza, disposição, movimentação e a propriedade de, pelo menos, R\$ 827.810,08 (oitocentos e vinte e sete mil, oitocentos e dez Reais e oito centavos), convertendo em ativos lícitos o produto de crimes praticados pela organização criminosa e tendo como propósito distanciar o dinheiro de sua origem ilícita (propina), mediante 62 depósitos fracionados em dinheiro e a interposição dos escritórios de advocacia Spíndola Palmeira Advogados, Edgar Leite Advogados e Leonardo Henrique Advogados (LH Advogados), este último escritório ao qual se associou formalmente o auditor de controle externo do TCU CRISTIANO RONDON, para que os valores fossem por 5 vezes recebidos pelo servidor público corrompido em forma de distribuição de lucros (Lavagem de Ativos: art. 1º, §4º, da Lei 9.613/98 c/c o art. 71 do Código Penal).

CONUNTO DE FATOS 9: Entre 30.03.2013 e 13.06.2014, VLADIMIR SPÍNDOLA, com determinação de ROBERTO TEIXEIRA e CRISTIANO ZANIN, subscreveu com a Fecomércio/RJ, representada por ORLANDO DINIZ, três contratos e dois aditivos cujo escopo formal era a prestação de serviços advocatícios mas de fato o propósito foi o de obter vantagem indevida em prejuízo dessa Federação, o que logrou por 39 vezes entre os dias 11.04.2013 e 15.05.2015, pelo recebimento indevido do valor total líquido e nominal de R\$ 4.860.977,76 (quatro milhões, oitocentos e sessenta mil, novecentos e setenta e sete reais e setenta e seis centavos) (Estelionato: art. 171 c/c o art. 71, ambos do Código Penal).

CONJUNTO DE FATOS 10: Em 03.11.2014, MARCELO OLIVEIRA (Brauner &Oliveira Advogados), com auxílio de VLADIMIR SPÍNDOLA e determinação de ROBERTO TEIXEIRA e CRISTIANO ZANIN, subscreveu com a Fecomércio/RJ, representada por ORLANDO DINIZ, um contrato cujo escopo formal era a prestação de serviços advocatícios mas de fato o propósito foi o de obter vantagem indevida em prejuízo dessa Federação, o que logrou, no dia 03.02.2015, pelo recebimento indevido do valor de R\$ 915.037,50 (novecentos e quinze mil, trinta e sete reais e cinquenta centavos) (Estelionato: art. 171 do Código Penal).

CONJUNTO DE FATOS 11: Consumados os delitos antecedentes de estelionato, tráfico de influência e pertencimento à organização criminosa, ORLANDO DINIZ e VLADIMIR SPÍNDOLA, sob o comando de ROBERTO TEIXEIRA e CRISTIANO ZANIN, de modo consciente e voluntário, no período de 20.03.2013 a 24.10.2014, em 38 oportunidades distintas, ocultaram e dissimularam a origem, natureza, disposição, movimentação e a propriedade de, pelo menos, R\$ 4.860.977,76 (quatro milhões, oitocentos e sessenta mil, novecentos e setenta e sete reais e setenta e seis centavos - valores líquidos), convertendo em ativos lícitos o produto de crimes praticados pela ORCRIM e tendo como propósito distanciar o dinheiro de sua origem ilícita, mediante a confecção de contratos simulados entre a Fecomércio/RJ e o escritório Spíndola Palmeira Advogados, de propriedade



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

de VLADIMIR SPÍNDOLA, e emissão de notas fiscais ideologicamente falsas, relativos a serviços advocatícios não prestados no escopo dos contratos, que foram pagos com recursos provenientes da Fecomércio/RJ (Lavagem de Ativos: art. 1º, §4º, da Lei 9.613/98).

CONJUNTO DE FATOS 12: Consumados os delitos antecedentes de estelionato, tráfico de influência e pertencimento à organização criminosa, ORLANDO DINIZ e MARCELO OLIVEIRA, com auxílio de VLADIMIR SPÍNDOLA, de modo consciente e voluntário, no dia 03.02.2015, ocultaram e dissimularam a origem, natureza, disposição, movimentação e a propriedade de R\$ 915.037,50 (novecentos e quinze mil, trinta e sete reais e cinquenta centavos), convertendo em ativos lícitos o produto de crimes praticados pela organização criminosa e tendo como propósito distanciar o dinheiro de sua origem ilícita, mediante a confecção de contrato simulado entre a Fecomércio/RJ e o escritório Oliveira Advogados Associados (Oliveira & Brauner Advogados), de propriedade de MARCELO OLIVEIRA, e emissão de nota fiscal ideologicamente falsa, relativa a serviços advocatícios não prestados no escopo do contrato, que foi pago com recursos provenientes da Fecomércio/RJ (Lavagem de Ativos: art. 1º, §4º, da Lei 9.613/98).

CONJUNTO DE FATOS 13: Em 25.03.2014, 05.03.2015, 06.04.2015 e 02.06.2015, de forma livre e consciente, ANA BASILIO obteve para si, com a ajuda também livre e consciente de ORLANDO DINIZ e CRISTIANO ZANIN, vantagem ilícita em prejuízo da Fecomércio/RJ, consistente no pagamento de R\$ 6.340.002,34 (seis milhões, trezentos e quarenta mil e dois reais e trinta e quatro centavos), mediante formalização de contrato de honorários advocatícios firmado com esta Federação, documento este ideologicamente falso porque, desde o início, os serviços nele descritos sabidamente não seriam prestados por seu escritório Basilio, Di Marino e Faria Advogados Associados. (Estelionato: art. 171, *caput*, do Código Penal).

CONJUNTO DE FATOS 14: Em 24.03.2016, de forma livre e consciente, ANA BASILIO, com a ajuda também livre e consciente de ORLANDO DINIZ e CRISTIANO ZANIN, desviou para si R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) dos cofres do SESC/RJ e do SENAC/RJ, mediante formalização de contrato de honorários advocatícios firmado com a Fecomércio/RJ, documento este ideologicamente falso, porque, desde o início, os serviços nele descritos sabidamente não seriam prestados por seu escritório Basilio, Di Marino e Faria Advogados Associados. (Peculato: art. 312, *caput*, do Código Penal).

CONJUNTO DE FATOS 15: Consumados os delitos antecedentes de estelionato, peculato e pertencimento à organização criminosa, em seis oportunidades ocorridas entre fevereiro de 2014 e março de 2016, de forma livre e consciente, ORLANDO DINIZ e ANA BASILIO, com a ajuda também livre e consciente de CRISTIANO ZANIN, ocultaram e dissimularam a natureza e a origem ilícitas de R\$ 7.340.002,34 (sete milhões, trezentos e quarenta mil e dois reais e trinta e quatro centavos), mediante idealização e formalização de um contrato de honorários advocatícios ideologicamente falso, firmado entre a Fecomércio/RJ e o escritório Basilio, Di Marino e Faria Advogados Associados, de propriedade de ANA BASILIO, e consequente emissão de cinco notas fiscais a ele vinculadas, também ideologicamente falsas, na medida em que os serviços nelas especificados não foram prestados. (Lavagem de ativos: art. 1º, *caput*, da Lei 9.613/98).



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

CONJUNTO DE FATOS 16: Em 06.05.2014, de forma livre e consciente, JOSE ROBERTO SAMPAIO, com a ajuda também livre e consciente de ORLANDO DINIZ, CRISTIANO ZANIN e ANA BASILIO obteve, para si e para EURICO TELES, vantagem ilícita em prejuízo da Fecomércio/RJ, consistente no pagamento de R\$ 1.652.000,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta e dois mil reais), divididos na proporção de R\$ 472.000,00 (quatrocentos e setenta e dois mil reais) para JOSE ROBERTO SAMPAIO e R\$ 1.180.000,00 (um milhão, cento e oitenta mil reais) para EURICO TELES, a ele repassados em 15.5.2014 e 18.7.2014, mediante formalização de um contrato de honorários advocatícios firmado com esta Federação, documento este ideologicamente falso porque, desde o início, os serviços nele descritos sabidamente não seriam prestados pelo escritório José Roberto Sampaio Sociedade de Advogados, de propriedade de JOSE ROBERTO. (Estelionato: art. 171, *caput*, do Código Penal).

CONJUNTO DE FATOS 17: Consumados os delitos antecedentes de estelionato e pertencimento à organização criminosa, em duas oportunidades ocorridas em 25.4.2014 e 6.5.2014, de forma livre e consciente, ORLANDO DINIZ e JOSE ROBERTO SAMPAIO, com a ajuda também livre e consciente de CRISTIANO ZANIN e ANA BASILIO, ocultaram e dissimularam a natureza e a origem ilícitas de R\$ 1.652.000,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta e dois mil reais), convertendo em ativos lícitos o produto de crimes praticados pela organização criminosa, mediante idealização e elaboração de um contrato de honorários advocatícios ideologicamente falso, firmado entre a Fecomércio/RJ e o escritório Jose Roberto Sampaio Sociedade de Advogados, de propriedade de JOSE ROBERTO SAMPAIO, e consequente emissão de uma nota fiscal a ele vinculada, também ideologicamente falsa, na medida em que os serviços nela especificados não foram prestados. (Lavagem de ativos: art. 1º, §4º, da Lei 9.613/98).

CONJUNTO DE FATOS 18: Consumados os delitos antecedentes de estelionato e pertencimento à organização criminosa, em duas oportunidades ocorridas em 15.5.2014 e 18.7.2014, de forma livre e consciente, JOSÉ ROBERTO converteu em ativos lícitos R\$ 1.180.000,00 (um milhão, cento e oitenta mil reais), havidos como parte de pagamento do contrato de honorários advocatícios ideologicamente falso firmado em 10.2.2014, entre a Fecomércio/RJ e o escritório Jose Roberto Sampaio Sociedade de Advogados, de sua propriedade, repassando-os ao escritório Eurico Teles Advocacia Empresarial, de propriedade de EURICO TELES, o qual, assim, também lhes ocultou e dissimulou natureza, origem, disposição e propriedade. (Lavagem de ativos: art. 1º, § 4º, da Lei 9.613/98).

CONJUNTO DE FATOS 19: Em 10.4.2015 e 23.12.2015, de forma livre e consciente, EURICO TELES obteve para si, com a ajuda também livre e consciente de ORLANDO DINIZ, CRISTIANO ZANIN e ANA BASILIO, vantagem ilícita, em prejuízo da Fecomércio/RJ, consistente no pagamento de R\$ 5.582.000,00 (cinco milhões, quinhentos e oitenta e dois mil reais), mediante formalização de dois contratos de honorários advocatícios firmados com esta Federação, documentos estes ideologicamente falsos porque, desde o início, os serviços descritos no primeiro contrato, datado de abril de 2015, sabidamente já estavam abrangidos por outros contratos, firmados com o próprio Eurico Teles Advocacia Empresarial, de propriedade de EURICO TELES, e outras bancas, e os serviços descritos no segundo contrato, datado de junho de 2015, não seriam efetivamente prestados. (Estelionato: art. 171, *caput*, do Código Penal).

5053463-93.2020.4.02.5101

510003551668.V3



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

CONJUNTO DE FATOS 20: Consumados os delitos antecedentes de estelionato e pertencimento à organização criminosa, em quatro oportunidades ocorridas entre abril e dezembro de 2015, de forma livre e consciente, ORLANDO DINIZ e EURICO TELES, com a ajuda também livre e consciente de CRISTIANO ZANIN e ANA BASILIO, ocultaram e dissimularam a natureza e a origem ilícitas de R\$ 5.582.000,00 (cinco milhões, quinhentos e oitenta e dois mil reais), convertendo-os em ativos lícitos, mediante idealização e elaboração de dois contratos de honorários advocatícios ideologicamente falsos, firmados entre a Fecomércio/RJ e o escritório Eurico Teles Advocacia Empresarial, de propriedade de EURICO TELES, e consequente emissão de duas notas fiscais a eles vinculadas, também ideologicamente falsas, na medida em que os serviços nelas especificados não foram prestados. (Lavagem de ativos: art. 1º, § 4º, da Lei 9.613/98).

CONJUNTO DE FATOS 21: Em 22.1.2016, 29.2.2016, 29.3.2016 e 29.4.2016, de forma livre e consciente, FLAVIO ZVEITER, com a ajuda também livre e consciente de ORLANDO DINIZ, CRISTIANO ZANIN e ANA BASILIO, desviou para si R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), egressos dos cofres do SESC/RJ e do SENAC/RJ, por meio da formalização de um contrato de honorários advocatícios firmado com a Fecomércio/RJ, documento este ideologicamente falso porque nele aposta data retroativa e porque os serviços nele previstos não foram prestados. (Peculato: art. 312, *caput*, do Código Penal).

CONJUNTO DE FATOS 22: Consumados os delitos antecedentes de peculato e pertencimento à organização criminosa, em seis oportunidades ocorridas em setembro de 2015 e abril de 2016, de forma livre e consciente, ORLANDO DINIZ e FLAVIO ZVEITER, com a ajuda também livre e consciente de CRISTIANO ZANIN e ANA BASILIO, ocultaram e dissimularam a natureza e a origem ilícitas de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), convertendo-os em ativos lícitos, mediante idealização e elaboração de um contrato de honorários advocatícios ideologicamente falso, firmado entre a Fecomércio/RJ e o Escritório de Advocacia Zveiter, de propriedade de FLAVIO ZVEITER, e consequente emissão de cinco notas fiscais a ele vinculadas, também ideologicamente falsas, na medida em que os serviços nela especificados não foram prestados. (Lavagem de ativos: art. 1º, § 4º, da Lei 9.613/98).

CONJUNTO DE FATOS 23: Entre fevereiro e maio de 2014, de forma livre e consciente, CRISTIANO ZANIN, com a ajuda também livre e consciente de FERNANDO HARGREAVES e aquiescência de EDUARDO MARTINS, solicitou e obteve de ORLANDO DINIZ a contratação de EDUARDO MARTINS, pela quantia de R\$ 5.500.000,00, a pretexto de influir em atos praticados por ministros do Superior Tribunal de Justiça. (Exploração de prestígio: art. 357, *caput*, do Código Penal).

CONJUNTO DE FATOS 24: Em 16.5.2014, de forma livre e consciente, EDUARDO MARTINS obteve para si e para EURICO TELES, com a ajuda também livre e consciente de ORLANDO DINIZ, CRISTIANO ZANIN e ANA BASILIO, vantagem ilícita, em prejuízo da Fecomércio/RJ, consistente no pagamento de R\$ 2.000.000,00, divididos na proporção de R\$ 1.381.000,00 (um milhão, trezentos e oitenta e um mil reais) para EDUARDO MARTINS e R\$ 619.000,00 (seiscentos e dezenove mil reais) para EURICO TELES, a ele repassados em 21.5.2014 e 15.12.2014, mediante formalização de um contrato de honorários advocatícios firmado com essa Federação, idealizado para conferir aparência de



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

legalidade à exploração de prestígio antes narrada, instrumento este ideologicamente falso porque, desde o início, os serviços nele descritos sabidamente não seriam prestados. (Estelionato: art. 171, *caput*, do Código Penal).

CONJUNTO DE FATOS 25: Em 26.5.2014, de forma livre e consciente, EDUARDO MARTINS obteve para si, com a ajuda também livre e consciente de ORLANDO DINIZ e CRISTIANO ZANIN, vantagem ilícita, em prejuízo da Fecomércio/RJ, consistente no pagamento de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), mediante formalização de um contrato de honorários advocatícios firmado com essa Federação, idealizado para conferir aparência de legalidade à exploração de prestígio antes narrada, instrumento este ideologicamente falso porque, desde o início, os serviços nele descritos sabidamente não seriam prestados. (Estelionato: art. 171, *caput*, do Código Penal).

CONJUNTO DE FATOS 26: Consumados os delitos antecedentes de exploração de prestígio, estelionato e pertencimento à organização criminosa, em quatro oportunidades ocorridas entre fevereiro e maio de 2014, de forma livre e consciente, ORLANDO DINIZ e EDUARDO MARTINS, com a ajuda também livre e consciente de CRISTIANO ZANIN, FERNANDO HARGREAVES e ANA BASILIO, ocultaram e dissimularam a natureza e a origem ilícitas de R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), convertendo-os em ativos lícitos, mediante idealização e elaboração de dois contratos de honorários advocatícios ideologicamente falsos, firmados entre a Fecomércio/RJ e o escritório Martins & Rossiter Advogados Associados, de propriedade de EDUARDO MARTINS, e consequente emissão de duas notas fiscais a eles vinculadas, também ideologicamente falsas, na medida em que os serviços nelas especificados não foram prestados. (Lavagem de ativos: art. 1º, § 4º, da Lei 9.613/98).

CONJUNTO DE FATOS 27: Consumados os delitos antecedentes de exploração de prestígio, estelionato e pertencimento à organização criminosa, em duas oportunidades ocorridas em 21.5.2014 e 15.12.2014, de forma livre e consciente, EDUARDO MARTINS converteu em ativos lícitos R\$ 619.000,00 (seiscentos e dezenove mil reais), havidos como parte de pagamento de contrato de honorários advocatícios ideologicamente falso firmado em 15.4.2014, entre a Fecomércio/RJ e o escritório Martins & Rossiter Advogados Associados, de sua propriedade, repassando-os ao escritório Eurico Teles Advocacia Empresarial, de propriedade de EURICO TELES, o qual, assim, também lhes ocultou e dissimulou natureza, origem, disposição e propriedade. (Lavagem de ativos: art. 1º, § 4º, da Lei 9.613/98).

CONJUNTO DE FATOS 28: Em setembro de 2015, de forma livre e consciente, CRISTIANO ZANIN, com aquiescência de EDUARDO MARTINS, solicitou e obteve de ORLANDO DINIZ a contratação de EDUARDO MARTINS, pela quantia de R\$ 77.500.000,00 (setenta e sete milhões e quinhentos mil reais), a pretexto de influir em atos praticados por ministros do Superior Tribunal de Justiça. (Exploração de prestígio: art. 357, *caput*, do Código Penal).

CONJUNTO DE FATOS 29: De forma livre e consciente, entre 23.12.2015 e 29.4.2016, em quinze oportunidades diferentes, EDUARDO MARTINS desviou para si e para CESAR ROCHA, com a ajuda também livre e consciente de ORLANDO DINIZ e CRISTIANO ZANIN, R\$ 37.400.000,00 (trinta e sete milhões e quatrocentos mil reais) do



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

SESC/RJ e do SENAC/RJ, divididos na proporção de R\$ 36.500.000,00 (trinta e seis milhões e quinhentos mil reais) para EDUARDO MARTINS e R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) para CESAR ROCHA, a ele repassados em 14.3.2016, 4.4.2016 e 6.5.2016, mediante formalização de três contratos de honorários advocatícios firmados com a Fecomércio/RJ, feitos para conferir aparência de legalidade à exploração de prestígio antes narrada, instrumentos contratuais estes ideologicamente falsos na medida em que, em dois deles, foram apostas datas retroativas e, quanto a todos eles, desde o início, os serviços previstos sabidamente não seriam prestados pelo Martins & Rossiter Advogados Associados e pelo Escritório de Advocacia Martins. (Peculato: art. 312, *caput*, do Código Penal).

CONJUNTO DE FATOS 30: De forma livre e consciente, entre 23.12.2015 e 4.7.2017, em vinte e três oportunidades diferentes, EDUARDO MARTINS desviou para si, com a ajuda também livre e consciente de ORLANDO DINIZ e CRISTIANO ZANIN, R\$ 40.100.000,00 (quarenta milhões e cem mil reais) do SESC/RJ e do SENAC/RJ, mediante formalização de cinco contratos de honorários advocatícios ideologicamente falsos firmados com a Fecomércio/RJ em nome de ANTONIO COELHO, DANIEL ROSSITER, HERMANN DE ALMEIDA, JAMILSON FARIAS e MARCELO OLIVEIRA, feitos para conferir aparência de legalidade à exploração de prestígio antes narrada, instrumentos contratuais estes ideologicamente falsos na medida em que, em dois deles, foram apostas datas retroativas e, quanto a todos eles, desde o início, os serviços previstos sabidamente não seriam prestados pelos escritórios contratados. (Peculato: art. 312, *caput*, do Código Penal).

CONJUNTO DE FATOS 31: Consumados os delitos antecedentes de exploração de prestígio, peculato e pertencimento à organização criminosa, em dezessete oportunidades ocorridas entre setembro de 2015 e abril de 2016, de forma livre e consciente, ORLANDO DINIZ e EDUARDO MARTINS, com a ajuda também livre e consciente de CRISTIANO ZANIN, ocultaram e dissimularam a natureza e a origem ilícitas de R\$ 37.400.000,00 (trinta e sete milhões e quatrocentos mil reais), convertendo-os em ativos lícitos, mediante idealização e elaboração de três contratos de honorários advocatícios, firmados entre a Fecomércio/RJ e o Escritório de Advocacia Martins (pelas sedes em Brasília/DF e Maceió/AL), de propriedade de EDUARDO MARTINS, e consequente emissão de quinze notas fiscais a eles vinculadas, todos esses documentos ideologicamente falsos na medida em que os serviços neles especificados não foram prestados. (Lavagem de ativos: art. 1º, *caput*, da Lei 9.613/98).

CONJUNTO DE FATOS 32: Consumados os delitos antecedentes de exploração de prestígio, peculato e pertencimento à organização criminosa, em vinte e oito oportunidades ocorridas entre setembro de 2015 e julho de 2017, de forma livre e consciente, ORLANDO DINIZ e EDUARDO MARTINS, com a ajuda também livre e consciente de CRISTIANO ZANIN, ocultaram e dissimularam a natureza e a origem ilícitas de R\$ 40.100.000,00 (quarenta milhões e cem mil reais), convertendo-os em ativos lícitos, mediante confecção e assinatura de cinco contratos de honorários advocatícios ideologicamente falsos firmados, cada qual, entre a Fecomércio/RJ e os escritórios Advocacia Gonçalves Coelho, de propriedade de ANTONIO COELHO, Almeida & Teixeira Advocacia, de propriedade de HERMANN DE ALMEIDA, Farias Advogados Associados, de propriedade de JAMILSON FARIAS, Oliveira & Brauner Advogados Associados, de propriedade de MARCELO OLIVEIRA, e Rossiter Advocacia, de propriedade de DANIEL ROSSITER, e consequente



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

emissão de vinte e três notas fiscais a eles vinculadas, todos documentos ideologicamente falsos na medida em que os serviços neles especificados não foram prestados. (Lavagem de ativos: art. 1º, *caput*, da Lei 9.613/98).

CONJUNTO DE FATOS 33: No período de 18.12.2015 a 25.05.2016, em cinco oportunidades distintas, ORLANDO DINIZ, SÉRGIO CABRAL, ADRIANA ANCELMO e JOÃO CÂNDIDO, de modo consciente e voluntário, desviaram, em proveito de JOÃO CÂNDIDO, recursos do SESC/RJ e SENAC/RJ, por intermédio da Fecomércio/RJ, no valor total de R\$ 11.050.000,00 (onze milhões e cinquenta mil reais), com pagamentos de honorários advocatícios, por serviços que efetivamente não foram prestados, tendo repassado, em 29.04.2016, R\$ 1.670.530,00 para Cesar Asfor Rocha Sociedade de Advogados, cujos sócios são FRANCISCO ROCHA e CAIO ROCHA (Peculato: art. 312, *caput*, c/c o art. 71, ambos do Código Penal).

CONJUNTO DE FATOS 34: Consumados os delitos antecedentes de peculato e pertencimento à organização criminosa, os denunciados ORLANDO DINIZ, SÉRGIO CABRAL, ADRIANA ANCELMO e JOÃO CÂNDIDO, de modo consciente e voluntário, no período de novembro de 2015 a 25.05.2016, em sete oportunidades distintas, ocultaram e dissimularam a origem, natureza, disposição, movimentação e a propriedade de, pelo menos, R\$ 11.050.000,00 (onze milhões e cinquenta mil reais), convertendo em ativos lícitos o produto de crimes praticados pela ORCRIM e tendo como propósito distanciar o dinheiro de sua origem ilícita, mediante a confecção de um contrato e um aditivo contratual simulados entre a Fecomércio/RJ e o escritório Ferreira Leão Advogados, de propriedade de JOÃO CÂNDIDO, e emissão de cinco notas fiscais ideologicamente falsas, relativos a serviços advocatícios não prestados, que foram pagos com recursos provenientes do SESC/RJ e SENAC/RJ (Lavagem de Ativos: art. 1º, *caput* e §4º, da Lei 9.613/98, c/c o art. 71 do Código Penal).

CONJUNTO DE FATOS 35: Entre novembro de 2015 e maio de 2016, SÉRGIO CABRAL e ADRIANA ANCELMO, com aquiescência de FRANCISCO ROCHA e CAIO ROCHA e auxílio de JOÃO CÂNDIDO e EDUARDO MARTINS, de modo consciente e voluntário, solicitaram e obtiveram de ORLANDO DINIZ a contratação de FRANCISCO ROCHA e CAIO ROCHA, pela quantia de R\$ 2.679.417,50 (dois milhões seiscentos e setenta e nove mil quatrocentos e dezessete reais e cinquenta centavos), a pretexto de influir em atos praticados por Ministros do Superior Tribunal de Justiça (Exploração de Prestígio: art. 357, *caput*, do Código Penal).

CONJUNTO DE FATOS 36: No período de 14/03/2016 a 06/05/2016, em quatro oportunidades distintas, ORLANDO DINIZ, SÉRGIO CABRAL, ADRIANA ANCELMO, FRANCISCO ROCHA, CAIO ROCHA, com auxílio de JOÃO CÂNDIDO e EDUARDO MARTINS, de modo consciente e voluntário, desviaram, em proveito de FRANCISCO ROCHA e CAIO ROCHA, recursos do SESC/RJ e SENAC/RJ, por intermédio da Fecomércio/RJ, no valor total de R\$ 2.679.417,50 (dois milhões, seiscentos e setenta e nove mil, quatrocentos e dezessete reais e cinquenta centavos), com pagamentos de honorários por serviços não prestados para os escritórios de advocacia de JOÃO CÂNDIDO e EDUARDO MARTINS e posterior transferência aos reais beneficiários dos valores (Peculato: art. 312, *caput*, c/c o art 71, ambos do Código Penal).



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

CONJUNTO DE FATOS 37: Consumados os delitos antecedentes de peculato e pertencimento à organização criminosa, os denunciados ORLANDO DINIZ, SÉRGIO CABRAL, ADRIANA ANCELMO, FRANCISCO ROCHA, CAIO ROCHA, com auxílio de JOÃO CANDIDO LEÃO e EDUARDO MARTINS, de modo consciente e voluntário, no período de 14.03.2016 a 06.05.2016, em quatro oportunidades distintas, ocultaram e dissimularam a origem, natureza, disposição, movimentação e a propriedade de, pelo menos, R\$ 2.679.417,50 (dois milhões seiscentos e setenta e nove mil quatrocentos e dezessete reais e cinquenta centavos), por intermédio de organização criminosa, tendo como propósito distanciar o dinheiro de sua origem ilícita, mediante pagamentos de honorários por serviços não prestados para os escritórios de advocacia de JOÃO CÂNDIDO e EDUARDO MARTINS e posterior transferência aos reais beneficiários dos valores (Lavagem de Ativos: art. 1º, §4º, da Lei 9.613/98, c/c o art. 71 do Código Penal).

CONJUNTO DE FATOS 38: No período de março de 2015 a 29/06/2017, SÉRGIO CABRAL e ADRIANA ANCELMO, com aquiescência de TIAGO CEDRAZ, solicitaram a ORLANDO DINIZ, então presidente da Fecomércio/RJ, a contratação de TIAGO CEDRAZ pelo valor de R\$ 13.703.333,33, a pretexto de influenciar atos praticados pelo Tribunal de Contas da União (Tráfico de influências: art. 332, *caput*, do Código Penal).

CONJUNTO DE FATOS 39: No período de 11.03.2016 a 29.06.2017, em treze oportunidades distintas, ORLANDO DINIZ e TIAGO CEDRAZ, com auxílio de SÉRGIO CABRAL e ADRIANA ANCELMO, de modo consciente e voluntário, desviaram, em proveito de TIAGO CEDRAZ, recursos do SESC/RJ e SENAC/RJ, por intermédio da Fecomércio/RJ, no valor total de R\$ 13.703.333,33 (treze milhões setecentos e três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), com pagamentos de honorários advocatícios, por serviços que efetivamente não foram prestados (Peculato: art. 312, *caput*, c/c o art. 71, ambos do Código Penal).

CONJUNTO DE FATOS 40: Consumados os delitos antecedentes de peculato, tráfico de influência e pertencimento à organização criminosa, os denunciados ORLANDO DINIZ e TIAGO CEDRAZ, com auxílio de SÉRGIO CABRAL e ADRIANA ANCELMO, de modo consciente e voluntário, no período de 13.07.2015 a 29.06.2017, em quatorze oportunidades distintas, ocultaram e dissimularam a origem, natureza, disposição, movimentação e a propriedade de, pelo menos, R\$ 13.703.333,33 (treze milhões setecentos e três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), convertendo em ativos lícitos o produto de crimes praticados pela organização criminosa e tendo como propósito distanciar o dinheiro de sua origem ilícita, mediante a confecção de contrato simulado entre a Fecomércio/RJ e o escritório Cedraz Advogados, de propriedade de TIAGO CEDRAZ, e emissão de treze notas fiscais ideologicamente falsas, relativos a serviços advocatícios não prestados, que foram pagos com recursos provenientes do SESC/RJ e SENAC/RJ (Lavagem de Ativos: art. 1º, §4º, da Lei 9.613/98, c/c o art. 71 do Código Penal).

CONJUNTO DE FATOS 41: No período de julho de 2016 a 21.12.2016, SÉRGIO CABRAL e ADRIANA ANCELMO, com aquiescência de MARCELO NOBRE, solicitaram a ORLANDO DINIZ, então presidente da Fecomércio/RJ, a contratação de MARCELO NOBRE pelo valor de R\$ 47.200.000,00, a pretexto de influenciar atos praticados pelo Tribunal de Contas da União (Tráfico de influências: art. 332, *caput*, do Código Penal).

5053463-93.2020.4.02.5101

510003551668.V3



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

CONJUNTO DE FATOS 42: No período de 11.08.2016 a 21.12.2016, em seis oportunidades distintas, ORLANDO DINIZ, SÉRGIO CABRAL, ADRIANA ANCELMO e MARCELO NOBRE, de modo consciente e voluntário, desviaram, em proveito de MARCELO NOBRE, recursos do SESC/RJ e SENAC/RJ, por intermédio da Fecomércio/RJ, no valor total de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), com pagamentos de honorários advocatícios, por serviços que efetivamente não foram prestados (Peculato: art. 312, *caput*, c/c o art. 71, ambos do Código Penal).

CONJUNTO DE FATOS 43: Consumados os delitos antecedentes de peculato e pertencimento à organização criminosa, os denunciados ORLANDO DINIZ, SÉRGIO CABRAL, ADRIANA ANCELMO e MARCELO NOBRE, de modo consciente e voluntário, no período de julho de 2016 a 21.12.2016, em sete oportunidades distintas, ocultaram e dissimularam a origem, natureza, disposição, movimentação e a propriedade de, pelo menos, R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), convertendo em ativos lícitos o produto de crimes praticados pela organização criminosa e tendo como propósito distanciar o dinheiro de sua origem ilícita, mediante a confecção de contrato simulado entre a Fecomércio/RJ e o escritório Marcelo Nobre Advogados, de propriedade de MARCELO NOBRE, e emissão de seis notas fiscais ideologicamente falsas, relativos a serviços advocatícios não prestados, que foram pagas com recursos provenientes do SESC/RJ e SENAC/RJ (Lavagem de Ativos: art. 1º, §4º, da Lei 9.613/98, c/c o art. 71 do Código Penal).

Acompanham a denúncia os documentos incluídos nos Eventos 3 e 5, além do acervo probatório constante dos procedimentos indicados pelo MPF e listados na certidão do Evento 6.

DECIDO.

Narra o MPF que, a pretexto de prestação de serviços advocatícios, os denunciados desviaram valores milionários dos cofres da Fecomércio/RJ e do SESC e SENAC Rio, tendo sido apurado, até o momento, o desvio de pelo menos R\$ 151.000.000,00 (cento e cinquenta e um milhões de reais), a maior parte referente aos valores mensalmente repassados pela Receita Federal aos cofres SESC e SENAC, em decorrência de contribuição social compulsória incidente sobre a folha salarial dos empresários do comércio.

Afirma que os pagamentos eram feitos em virtude de contratos de prestação de serviços advocatícios ideologicamente falsos, ou mesmo sem contratação formal contemporânea, sem critérios técnicos e sem concorrência/licitação. Aduz que eram efetivados por intermédio da Fecomércio/RJ para escaparem dos órgãos oficiais de controle (conselhos fiscais do SESC e do SENAC Nacional, TCU e CGU), por ordem e em benefício pessoal de ORLANDO DINIZ, como único gestor das entidades do Sistema S fluminense, e em parceria com o diretor regional do SESC e do SENAC Rio MARCELO ALMEIDA.

O Ministério Público Federal contextualiza os fatos, aduzindo que o complexo de investigações denominado “Operação Lava Jato” no Rio de Janeiro identificou a existência de um esquema de grandes proporções de corrupção de agentes públicos, fraudes a licitação, cartel, evasão de divisas e lavagem de dinheiro no âmbito do Governo do Estado do Rio de Janeiro, revelando a organização criminosa liderada pelo ex-governador do Estado do Rio de Janeiro SÉRGIO CABRAL.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Com o aprofundamento das investigações, apurou-se que ORLANDO DINIZ teria contratado, como presidente do SESC e SENAC Rio, várias pessoas a pedido de SÉRGIO CABRAL sem que elas efetivamente prestassem qualquer serviço às entidades paraestatais. Além disso, teria se utilizado do braço da ORCRIM do ex-Governador especializado em lavagem de dinheiro para ocultar a origem, movimentação e propriedade de valores que ORLANDO DINIZ teria desviado do SESC e SENAC Rio. Tais imputações ocasionaram a deflagração da chamada Operação Jabuti.

Todavia, a partir dos dados colhidos, evidenciou-se que ORLANDO DINIZ, além de integrar a ORCRIM de SÉRGIO CABRAL, compunha sua própria ORCRIM no âmbito do chamado “Sistema S”, descortinando-se ainda a interseção entre ambas.

Narra então o MPF que, entre os anos de 2015 e 2018, ORLANDO DINIZ, através da Fecomércio/RJ, teria repassado cerca de 18 milhões de reais ao escritório de ADRIANA ANCELMO, que já fora utilizado pela ORCRIM de SÉRGIO CABRAL como instrumento de lavagem de dinheiro. Apurou também que esse valor representaria uma parcela de um contexto muito maior de repasses milionários por ORLANDO DINIZ a alguns escritórios de advocacia com verba pública federal e utilizando-se de subterfúgios para escapar ao controle dos conselhos fiscais do SESC e SENAC Nacional, da CGU e do TCU.

São esses repasses, em apertada síntese, os fatos objeto desta denúncia.

Nesse ponto, cumpre-me afirmar a evidente **conexão intersubjetiva e instrumental deste feito com as demais ações penais que compõem a chamada “Operação Lava Jato”, em especial a decorrente da Operação Jabuti**, ainda em curso neste juízo, de modo que reconheço desde logo a competência deste juízo para o processamento e julgamento deste feito.

Ademais, **não foram imputadas quaisquer condutas delitivas a autoridades submetidas a foro por prerrogativa de função**. Conforme destacou o MPF na cota (Evento 2), os anexos do colaborador referentes a essas pessoas foram, antes de firmado o acordo, encaminhados à PGR, que optou por não realizar o acordo, autorizando, todavia, o MPF atuante nas instâncias ordinárias a celebrá-lo. Tais anexos foram então desconsiderados e o acordo firmado e, em seguida, homologado por este juízo.

Ao longo da exordial, o MPF descreve as contratações dos escritórios de advocacia dos denunciados ROBERTO TEIXEIRA e CRISTIANO ZANIN, ANA BASÍLIO, ADRIANA ANCELMO, ANTONIO COELHO, DANIEL ROSSITER, EDGAR LEITE, EDUARDO MARTINS, EURICO TELES, FLAVIO ZVEITER, FRANCISCO e CAIO ROCHA, HERMANN DE ALMEIDA, JAMILSON FARIAS, JOÃO CÂNDIDO, JOSÉ ROBERTO, LEONARDO OLIVEIRA e CRISTIANO RONDON, MARCELO OLIVEIRA, MARCELO NOBRE, TIAGO CEDRAZ e VLADIMIR SPÍNDOLA pela Fecomércio/RJ, representada por ORLANDO DINIZ, aduzindo que teriam sido, na verdade, um ardil para o repasse indevido de verbas da Fecomércio/RJ e do SESC e SENAC Rio.

Afirma que essas contratações contaram com a interveniência uns dos outros, além de FERNANDO HARGREAVES e SERGIO CABRAL, e que serviram para remunerar supostos atos de tráfico de influência, exploração de prestígio e corrupção, de forma a evitar o



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

afastamento de ORLANDO DINIZ da gestão das entidades sociais, tendo havido ainda a participação de MARCELO ALMEIDA, na qualidade de diretor regional do SESC e do SENAC Rio.

Com o escopo de corroborar sua tese o MPF apresenta os resultados dos afastamentos de sigilo determinados por este juízo, dentre os quais os e-mails trocados entre os denunciados, as transações bancárias e as análises feitas pela Receita Federal, além de elementos obtidos na Operação Zelotes e compartilhados pelo juízo da 10VF/DF.

Colacionou material arrecadado na busca e apreensão da Operação Jabuti, tais como a agenda de MARCELO ALMEIDA e mensagens extraídas do seu celular, os contratos ora examinados, notas fiscais, lista de pagamentos e planilhas.

Juntou também os depoimentos prestados por diretores das entidades no PIC nº 1.30.001.001771/2017-76 e as declarações de ORLANDO DINIZ no bojo da sua colaboração premiada.

Trouxe ainda as peças processuais dos feitos para os quais os denunciados foram formalmente contratados, com a finalidade de demonstrar a alegada incompatibilidade dos honorários advocatícios com a complexidade da causa e/ou com os atos praticados, além da contratação de múltiplos escritórios para o mesmo objetivo.

É certo que no recebimento da denúncia há mero juízo de delibação, cabendo ao órgão jurisdicional apenas examinar a peça acusatória no que tange ao preenchimento dos requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal, bem como verificar se há algum motivo para rejeitá-la, na forma do artigo 395, ou para absolver sumariamente o acusado, na forma do artigo 397, ambos do mesmo diploma legal. Desse modo, é impróprio exigir-se, até para não comprometer a imparcialidade que se espera do órgão julgador, uma análise aprofundada da procedência da pretensão punitiva.

Observo que o órgão ministerial expôs com clareza os fatos criminosos e suas circunstâncias, fazendo constar a qualificação dos denunciados e a classificação dos crimes, o que atende os pressupostos contidos no artigo 41 do CPP e afasta a incidência do inciso I do artigo 395 do CPP.

A presença dos pressupostos processuais e condições da ação penal repele a ocorrência do disposto no inciso II do mesmo artigo.

Verifico, ainda, estarem minimamente delineadas a autoria e a materialidade dos crimes que, em tese, teriam sido cometidos pelos acusados, o que se afere do teor da farta documentação que instrui a exordial, superficialmente pontuada acima, razão pela qual considero haver justa causa para o prosseguimento da ação penal, rechaçando a aplicação do inciso III do mencionado artigo.

Assim, a presente ação deve ser admitida, porquanto ausentes as causas de rejeição, **razão pela qual RECEBO A DENÚNCIA.**

Proceda a Secretaria à/ao:

5053463-93.2020.4.02.5101

510003551668 .V3



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

1. alteração da “Classe da ação” para ação penal e cadastramento dos réus;
2. cadastramento da tipificação penal, da data do crime, da data do oferecimento e do recebimento da denúncia, no campo atinente aos dados criminais do processo;
3. cálculo da prescrição pela pena máxima cominada em abstrato, lavrando-se certidão;
4. solicitação da FAC do denunciado e comunicação dos seus dados qualificativos ao IFP/RJ e/ou ao órgão de identificação de outro Estado, no caso do denunciado cuja identidade não haja sido expedida no Estado do Rio de Janeiro;
5. pesquisa pelos nomes dos denunciados na consulta de processos do sistema SINIC e inclusão ou atualização dos seus dados no Boletim de Identificação (BDI), se não possuir Registro Federal (RF), e no Boletim de Distribuição Judicial (BDJ).

DETERMINO as seguintes providências antes da citação:

À **Secretaria** que para que junte aos presentes autos os acordos de colaboração premiada de Orlando Santos Diniz, Álvaro José Galliez Novis e Ítalo Garritano, bem como as respectivas decisões homologatórias, sob Sigilo 3, concedendo-se às defesas a correspondente permissão expressa, de modo que elas tenham acesso mas seja respeitada a regra do art. 7º, § 3º, *in fine*, da Lei 12.850/2013.

Fica vedado o acesso aos autos 5037185-17.2020.4.02.5101, 0502140-48.2018.4.02.5101 (Pet 11962/DF), 0117807-76.2017.4.02.5101 e 0510282-12.2016.4.02.5101, a fim de preservar a intimidade dos colaboradores, em consonância com o art. 5º da Lei 12850/2013 e com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

“De acordo com o artigo 5º da Lei nº 12.850/13, no bojo da colaboração premiada, é direito do colaborador ter a sua qualificação e dados pessoais preservados. No presente caso, a decisão do magistrado de vedar o acesso às informações referentes ao local de residência e às autorizações para deslocamentos do colaborador está assente com a legislação de regência, bem como não tem o condão de inviabilizar o direito de defesa do ora paciente.”

(HC 341790 / PR - Relator Ministro FELIX FISCHER - QUINTA TURMA – Dje 04/05/2016).

Ao MPF para que junte aos autos as mídias, se houver, dos depoimentos de Álvaro José Galliez Novis e Ítalo Garritano.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Em seguida, **citem-se os acusados e intime-os** para, **no prazo de 10 (dez) dias**, apresentar resposta à acusação na forma dos artigos 396 e 396-A do CPP **OU**, (1) **em 72 horas**, apresentar procuração para que seja concedido ao defensor acesso aos processos sigilosos vinculados (conforme certidão). Havendo advogado constituído em cautelares vinculadas a essa ação penal, a ele será dado o acesso, salvo apresentação de procuração ou substabelecimento sem reservas para outro advogado no mesmo prazo de 72 horas. Todavia, esse procedimento cartorário não exime a defesa de apresentar procuração **nos autos da ação penal**. (2) A partir da intimação da certidão de que o acesso foi concedido, a defesa terá **outro prazo de 72 horas** para, também **nos autos da ação penal**, **indicar as mídias cuja cópia requer e entregar na Secretaria, mediante recibo, tantas mídias quanto necessárias para a cópia do material**. Nesse caso, o prazo de 10 dias para apresentação da resposta à acusação se iniciará com a intimação de que as cópias estão disponíveis para retirada.

Caso haja corréu colaborador, ficam mantidos os prazos acima, à exceção do prazo para apresentação da resposta pela defesa do **réu não colaborador**, que será intimada para apresentá-la após a juntada da resposta do réu colaborador.

Caso a defesa não entregue as mídias para gravação dentro do prazo estabelecido, poderá fazê-lo em outro momento, porém não lhe será concedido novo prazo ou dilação de prazo para resposta.

Pedidos de acesso ou de mídias formulados em outros autos que não os da ação penal serão desconsiderados.

Informo que o **acesso aos processos sigilosos** relacionados na certidão e que ainda estão em trâmite no **sistema Apolo** somente poderá ser realizado mediante o cadastro feito pela Secretaria através do nº do CPF e a OAB do advogado, a ser fornecido pelo patrono mediante petição eletrônica juntada aos autos da ação penal, **no primeiro prazo de 72 horas indicado acima**.

Na resposta poderá arguir preliminares e alegar o que interessar à sua defesa, bem como oferecer documentos, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e informando seus respectivos endereços, ficando desde já ciente de que as meramente abonatórias deverão apresentar suas declarações por escrito, com as firmas devidamente reconhecidas, sob pena de indeferimento. Deverá, inclusive, a defesa justificar a necessidade da oitiva da testemunha para a formação da convicção do Juízo, uma vez que o indeferimento de determinadas provas não causa nulidade, porquanto cabe mesmo ao juiz realizar exame de admissibilidade e pertinência da produção de provas, afastando aquelas que sejam impossíveis de produzir, as impertinentes e as desnecessárias. (TRF2, 1ª Seção Especializada, ENUL 200051015007520, Des. Federal ABEL GOMES, 08/09/2009).

Na falta dos endereços e qualificações das testemunhas, o Juízo entenderá que estas comparecerão à audiência independentemente de intimação judicial. Ressalto que não serão deferidos requerimentos de apresentação/substituição de rol de testemunhas ou de produção de provas periciais formulados em momento processual distinto da resposta à acusação (item 3.4.1.1 do Plano de Gestão para o Funcionamento de Varas Criminais e de Execução Penal do CNJ).



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

Deverão os citados ficar cientes de que, se não possuírem condições financeiras para constituir advogado, deverão comparecer à Defensoria Pública da União - DPU (Rua da Alfândega, nº 70, Centro, Rio de Janeiro/RJ) a fim de realizar entrevista e receber orientações.

Cientifiquem-se, ainda, os acusados de que poderá ser decretada a sua revelia caso mudem de endereço sem comunicar ao juízo (artigo 367 do CPP).

Caso os acusados, regularmente citados, não apresentem resposta no prazo legal nem constituam defensor, certifique a Secretaria o ocorrido, remetendo os autos, em seguida, à Defensoria Pública da União, para que atue em sua defesa, nos termos do artigo 396-A, § 2º, do CPP, acrescentado pela Lei nº 11.719/2008.

Na hipótese de os advogados constituídos não apresentarem as respostas no prazo do artigo 396 do CPP, intím-se os acusados para que os inste a fazê-lo, ficando ciente de que, caso nada seja apresentado no prazo, a DPU será indicada para patrocinar a sua defesa.

Frustrada a citação pessoal e a citação com hora certa (artigo 362 do CPP), remetam-se os autos ao MPF, a fim de que diligencie junto aos órgãos conveniados com a finalidade de obter o endereço atualizado do citando (artigo 41 do CPP).

A Secretaria deverá expedir novos mandados ou cartas precatórias no caso de haver novas indicações de endereços em que não tenham sido realizadas diligências.

Após, voltem-me os autos conclusos, para verificação do disposto no artigo 397 do CPP.

Documento eletrônico assinado por **MARCELO DA COSTA BRETAS, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <https://eproc.jfrj.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador **510003551668v3** e do código CRC **40b7986a**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): MARCELO DA COSTA BRETAS
Data e Hora: 28/8/2020, às 13:30:10

5053463-93.2020.4.02.5101

510003551668.V3